



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL

Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo Grande - MS - [www.jfms.jus.br](http://www.jfms.jus.br)

## **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 5920097/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001157-38.2020.4.03.8002 – SEI**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020**

A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL faz saber que realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, o Pregão Eletrônico em epígrafe, visando a contratação do objeto enunciado na cláusula 1, sob a forma de regime de empreitada por preço global, nos termos deste Edital, regido pela Lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/15, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, de 26 de maio de 2017 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93 e alterações, bem como pelas disposições expressas fixadas neste Edital. O tipo desta licitação será o de **MENOR PREÇO**.

**Data da Sessão: 14/10/2020**

**Horário: 10h00**

**Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**UASG: 090015**

Obs.: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo se houver comunicação em contrário emitida pelo Pregoeiro.

**ANEXO I - Termo de Referência**

**ANEXO II - Modelo da Proposta Comercial;**

**ANEXO III - Relação de Documentos de Habilitação;**

**ANEXO IV - Minuta do Termo de Contrato;**

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de proteção balística (blindagem) e película controladora de luminosidade (insulfilme) nas vidraças do posto de guarita existente na Sede da 4ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul (Corumbá), conforme as especificações características, condições, obrigações e requisitos, constantes do Termo de Referência e seus anexos.

## 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro nomeado pela JUSTIÇA FEDERAL, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal de Compras do Governo Federal, constante da página eletrônica – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

2.3. O licitante que desejar obter outras informações sobre a licitação poderá dirigir-se à Seção de Compras e Licitações, situada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, Cep: 79037-102, ou enviar e-mail para [admms-compras@trf3.jus.br](mailto:admms-compras@trf3.jus.br), telefones: (67) 3320-1113/1249, no horário das 10h00 às 18h00.

2.3.1. O interessado que tiver dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderá solicitar ao(à) Pregoeiro(a) os esclarecimentos necessários, via e-mail no endereço eletrônico [admms-compras@trf3.jus.br](mailto:admms-compras@trf3.jus.br) em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das Propostas.

2.3.1.1. O recebimento do pedido de esclarecimentos deverá ser confirmado na Seção de Compras e Licitações.

2.3.2. A resposta à consulta será encaminhada por e-mail diretamente ao licitante interessado e disponibilizada no sítio do Compras Governamentais. Portanto, é de responsabilidade da empresa interessada o constante acesso ao referido site, a fim de tomar conhecimento de eventuais consultas e respectivas respostas. O mesmo se aplica a eventuais esclarecimentos emitidos pela **JUSTIÇA FEDERAL**.

2.3.3. Não serão atendidas solicitações verbais.

2.4. Caso haja necessidade, o(a) Pregoeiro(a) poderá, em conformidade com o art. 47 do Decreto n.º 10.024/2019, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo e/ou sanar erros ou faltas que não alterem a substância das propostas, documentos de habilitação e sua validade jurídica.

2.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, sendo que a ocorrência será registrada em Ata, nos termos do parágrafo único do artigo 47 do Decreto n.º 10.024/2019.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS (MEs) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPPs)**

4.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico quaisquer interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto às de documentação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), participantes do certame, deverão declarar, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para tal qualificação.

##### **4.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:**

4.2.1. Cujo objetivo social seja incompatível com o objeto da presente licitação;

4.2.2. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.3. Na condição de concorrentes, pessoas físicas ou jurídicas em consórcios e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.2.4. Em recuperação judicial, extrajudicial ou processo falimentar, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.2.4.1. A empresa em recuperação judicial ou extrajudicial poderá participar do procedimento licitatório, desde que atendidas as demais condições requeridas no certame e deferidas pelo juízo falimentar, devendo apresentar o plano de recuperação acolhido judicialmente na forma estatuída nos artigos 58 e 165 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.2.5. Que estejam suspensas de licitar e de contratar com esta Justiça Federal;

**4.2.6. Que estejam cumprindo pena de impedimento de licitar e contratar com a União, aplicada por qualquer órgão da Administração Pública Federal, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 49 do Decreto n. 10.024/2019;**

4.2.7. Que estejam cumprindo pena de Declaração de Inidoneidade, imposta por qualquer ente da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.8. Que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

4.2.8.1. A vedação acima se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização

4.2.9. Não será admitida, também, a participação de servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.3. Não poderá participar, ainda, empresa cujo sócio majoritário esteja proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

4.4. O encaminhamento da proposta pressupõe o conhecimento e pleno atendimento às CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO dispostas nos subitens acima.

## **5. DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO**

5.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de chave de acesso e senha do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados os prazos limites (data e horário) estabelecidos neste Edital.

5.2. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.2.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

5.2.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.2.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.2.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.2.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em

conformidade com as exigências editalícias;

5.2.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.2.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.2.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente** com os documentos de habilitação exigidos no edital (Anexo III), proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

6.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 7. DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1. O licitante deverá preencher, em campo apropriado do SISTEMA ELETRÔNICO, as seguintes informações:

7.1.1. Informar **o valor total do grupo (Total Global)**, considerando as respectivas quantidades, conforme Anexo I, devendo ser expresso em Reais, com 2 (duas) casas decimais e que deverá abranger todas as

despesas incidentes sobre o objeto da licitação tais como impostos, taxas, fretes e/ou transportes, seguros, mão-de-obra, encargos sociais, etc.

7.1.1.1. O preço total da PROPOSTA COMERCIAL deverá contemplar todos os custos necessários para a completa execução dos serviços especificados neste Edital, bem como todos os tributos, fretes, seguros, uso e instalação de equipamentos de segurança, licenças, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

7.1.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

## **7.2. Para elaboração da Proposta, deverão ser considerados os seguintes requisitos:**

7.2.1. Aceitação e atendimento das condições prescritas no presente Edital e nos Anexos que o integram;

7.2.2. O prazo de validade da Proposta Comercial será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite para apresentação, estipulada no preâmbulo deste Edital;

7.2.3. O número do CNPJ constante da Proposta deverá ser o mesmo da documentação entregue para habilitação;

7.3. A Proposta Comercial, **a ser encaminhada nos termos do Item 10 deste Edital**, deverá conter indicação de representante da empresa para a assinatura do Termo de Contrato/instrumento equivalente, mencionando nome completo, cargo, número do RG (com órgão expedidor e Estado) e número de inscrição no CPF. Juntamente com a Proposta Comercial, deverá ser encaminhada cópia do Contrato Social (ou documento equivalente) e Procuração (se for o caso) que designe expressamente o representante habilitado para a assinatura do Termo de Contrato.

7.4. Será considerado sem efeito qualquer prazo de pagamento estipulado na Proposta Comercial que seja incompatível com o disposto nas cláusulas “DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO” estabelecida na Minuta do Termo de Contrato (Anexo IV).

## **8. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DOS LANCES**

8.1. No horário previsto neste Edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) à avaliação das mesmas, classificando-as.

8.1.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

8.3. Assim como as propostas, os lances serão ofertados sobre o **valor total do grupo (Total Global)**.

8.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 20,01 (vinte reais e

um centavo), sendo R\$ 20,00 (vinte reais) para o item 1 e R\$ 0,01 (um centavo) para o item 2.

8.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.6.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.8. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.9. A cada lance ofertado, o licitante será, imediatamente, informado de seu recebimento, respectivo horário de registro e o valor.

8.10. O licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, devendo observar diferença de valores entre os lances acima estabelecida.

8.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.

8.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

8.13.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

8.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com valor de sua proposta.

8.15. Após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, informando o nome da empresa.

8.16. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20. O disposto nos subitens acima somente se aplicará quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e/ou serviços produzidos:

1. no país;
2. por empresas brasileiras;
3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.22.1. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.23. Antes de anunciar o vencedor, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.24. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico (chat), podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.25. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa competitiva ou, se for o caso, após negociação e decisão do(a) Pregoeiro(a) sobre a aceitação do lance de menor valor.

8.26. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital, adotando o procedimento mencionado no subitem anterior.

8.27. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor.



8.28. O sistema disponibilizará relatórios e ata circunstanciada, que poderão ser impressos pelos participantes.

## 9. DAS CONDIÇÕES E DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário (apenas CEIS e CNJ), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Para o caso de empresa que possua sócios igualitários (50%) as consultas dos sites citados no item acima serão realizadas para ambos.

9.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e, se for o caso, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.5. O interessado, para efeitos de habilitação, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.6. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

- 9.7. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.8. A empresa regularmente cadastrada no SICAF deverá apresentar os documentos exigidos no Anexo III - Relação de Documentos Necessários à Habilitação não integrantes do respectivo cadastro.
- 9.9. A empresa com habilitação / linha de fornecimento incompatível com o objeto desta licitação deverá apresentar, ainda, Estatuto/Contrato Social ou Certidão Simplificada da Junta Comercial que comprove objetivo social compatível com o objeto desta licitação.
- 9.10. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.12. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.13. O licitante detentor do menor preço, qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.15. A proposta mais vantajosa, ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

9.21. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **OBSERVAÇÕES:**

- 1) Caso os documentos passíveis de consulta/emissão na INTERNET não sejam apresentados ou se encontrem vencidos, a Administração providenciará sua emissão nos respectivos sites.
- 2) Na impossibilidade de emissão dos documentos, em razão de insuficiência de informações nos sites dos órgãos/autarquias emissores, o licitante poderá ser inabilitado.
- 3) Para as certidões que não trouxerem expresse o prazo de validade, considerar-se-á 06 (seis) meses da data da sua expedição.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

10.1. A proposta comercial adequada ao último lance ofertado/valor negociado (conforme o modelo do Anexo II) e, se necessário, documentos complementares para fins de confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, deverão ser enviados em formato digital pelo sistema eletrônico Compras Governamentais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

10.2. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

## **11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO**

11.1. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço total da contratação, observado o disposto nos artigos 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e Decreto nº 8.538, de 06/10/2015.

11.1.1. Não serão aceitas propostas cujo preço total do grupo ou preço unitário dos itens sejam superiores aos preços estimados pela Administração.

11.2. A adjudicação do objeto será global.

## **12. DA CONTRATAÇÃO**

12.1. A contratação do objeto licitado dar-se-á mediante a assinatura do TERMO DE CONTRATO, entre a Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul e o licitante vencedor.

12.2. O TERMO DE CONTRATO será elaborado pela Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul, em estrita conformidade com o que dispõe a Lei 8.666/93 e alterações, e dele farão parte este instrumento convocatório e a proposta do adjudicatário.

12.3 A assinatura do TERMO DE CONTRATO dar-se-á mediante cadastro de usuário externo no sítio da Justiça Federal - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, no endereço eletrônico <http://www.jfms.jus.br/> no ícone “**sei! ACESSO EXTERNO SISTEMA SEI**” (Link para acesso: [https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=1)). Para tanto, o representante indicado na Proposta Comercial para assinatura eletrônica do TERMO, deverá cadastrar a senha, mediante e-mail pessoa física.

12.3.1. Regularmente convocado para assinar o TERMO DE CONTRATO, o adjudicatário deverá fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da disponibilização no “Sistema Eletrônico de Informações (SEI)”.

12.3.2. O prazo para assinatura do TERMO DE CONTRATO poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado por escrito, durante o seu transcurso e ocorrendo motivo justificado e aceito pela Administração.

12.3.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o TERMO no prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções legais (art. 81 da Lei 8.666/1993 e item 17 deste Edital).

12.4. O gerenciamento do Contrato será exercido pelo Diretor do Núcleo de Apoio Administrativo – NUAD, desta Seção Judiciária, sendo a fiscalização realizada pelo(s) servidor(es) ou seus substitutos especialmente designado(s) pela autoridade competente, mediante Portaria, em conformidade com o disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93 e art. 42 da IN nº 05/2017.

## **13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

13.1. O objeto será recebido conforme disposto no item 17 do Termo de Referência (Anexo I) e cláusula décima da minuta do termo de contrato (Anexo IV), ficando o licitante obrigado a conhecer seu inteiro teor.

## **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO**

14.1. O faturamento será efetuado conforme nos termos da Cláusula Sexta da Minuta de Contrato (Anexo IV), ficando o licitante obrigado a conhecer seu inteiro teor.

## **15. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

15.1. A retenção de impostos e contribuições será efetuada nos termos da Cláusula Sétima (Anexo IV do Edital), ficando o licitante obrigado a conhecer seu inteiro teor.

## **16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será efetuado nos termos da Cláusula Oitava (Anexo IV do Edital), ficando o licitante obrigado a conhecer seu inteiro teor.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1. não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2. apresentar documentação falsa;

17.1.3. declarar informações falsas;

17.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.6. não mantiver a proposta;

17.1.7. cometer fraude fiscal;

17.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

17.1.8.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

17.2.1. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

17.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Cláusula Décima Sexta da

minuta do Termo do Contrato (Anexo IV).

## 18. DAS IMPUGNAÇÕES

18.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

18.2. As impugnações deverão ser encaminhadas à Seção de Compras e Licitações da Justiça Federal de MS, localizada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 – Parque dos Poderes – Campo Grande/MS, Cep: 79037-102, telefones (67) 3320-1113/1249, das 10h às 18h, ou no endereço eletrônico <mailto:admms-compras@trf3.jus.br>, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

18.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação

18.3.1. Caso a impugnação seja acolhida, será designada nova data para a realização do certame;

18.3.2. A resposta à impugnação será enviada por e-mail, para o endereço informado pela impugnante;

18.3.3. Na hipótese de a impugnante não informar endereço de e-mail a resposta será disponibilizada no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## 19. DOS RECURSOS

19.1. Declarada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá, no prazo de 60 (sessenta) minutos, durante a sessão pública *on line*, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

19.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso implicará decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor

19.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada, devendo o interessado enviar solicitação para através do e-mail [admms-compras@trf3.jus.br](mailto:admms-compras@trf3.jus.br), das 08:00 às 18:00 horas.

19.4.1. A liberação de acesso aos autos do processo eletrônico para vistas se fará via e-mail, para o endereço informado pelo solicitante.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos

requeridos no presente Edital e seus Anexos.

20.2. O descumprimento de qualquer item do presente Edital poderá acarretar a desclassificação do licitante.

20.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

20.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

20.7. Em caso de divergência entre as informações inseridas no SIASG/Compras Governamentais e o Edital, prevalecerão as do Edital.

20.8. Para fins de pesquisa no Sistema Compras Governamentais, relativamente à Justiça Federal de 1º Grau em Mato Grosso do Sul, o número de UASG é 090015.

20.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço <http://www.jfms.jus.br/licitacoes/2020/>, ou no endereço Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Parque dos Poderes, CEP 79037-102 - Campo Grande - MS, nos dias úteis, no horário das 10 às 18 horas.

## **ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020**

### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6117395/2020**

#### **1. OBJETO**

1.1 Contratação de serviços em regime de empreitada por preço global.

1.2. Descrição do objeto e planilha de custos:

O objeto consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de proteção balística (blindagem) e película controladora de luminosidade (insulfilm) nas vidraças do posto de guarita existente na Sede da 4ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul (Corumbá).

#### **GRUPO 1**

Item	Descrição	CATSERV	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de Blindagem Arquitetônica <b>Nível III-A</b> , a ser instalada para formação de 02 (duas) vidraças (imagens anexas), sendo 01 (uma) de 101 cm de largura por 101 cm de altura e 01 (uma) de 106 cm de largura por 101 cm de altura, sendo enquadradas por esquadrias blindadas de metal ("caixilhos") de dimensões adequadas e resistência condizente com a proteção balística.	24406	Serviço	1	5.650,00	5.650,00
2	Fornecimento e instalação de Película de Controle de Luminosidade - insulfilm - Modelo Fumê G5, a ser instalada para formação de 02 (duas) vidraças (imagens anexas), sendo 01 (uma) de 101 cm de largura por 101 cm de altura e 01 (uma) de 106 cm de largura por 101 cm de altura.	5584	m²	2,09	235,48	492,15
<b>TOTAL GLOBAL</b>					<b>R\$ 6.142,15</b>	

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A blindagem dos vidros e instalação de película tem a finalidade de potencializar as medidas de segurança institucional, proporcionando maior proteção e segurança, principalmente, contra ações de vandalismo, invasores e infratores.

## 3. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1 Forma de contratação: Licitação.

3.2. Modalidade da Licitação:

3.2.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviço comum, de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas,



usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

### 3.3 Tipo de Licitação: Menor preço.

## 4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

### 4.1. Não será admitida a participação de consórcios.

Justificativa: Conforme Acórdão TCU 2.831/2012, abaixo transcrito, não será admitida a participação de consórcios por se tratar de objeto que não apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes.

Acórdão TCU 2.831/2012: "(...) Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a "autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípua de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa".

### Para contratações com valores estimados em até R\$ 80.000,00:

### 4.2. A participação no processo está restrita às microempresas e empresas de pequeno porte?

Não. Justificativa: Art. 49, II, da [LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006](#).

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando:*

*II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

## 5. ESPECIFICAÇÕES – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A blindagem a ser fornecida e instalada é a **Nível III-A**: Os compostos blindados transparentes (Vidros laminados balísticos) nível “III-A”, foram especialmente projetadas para suportarem impactos de projéteis de munição dos calibres 9mm e .44 Magnum.

5.2. Serviço de instalação da blindagem dos vidros, com todos os complementos e acessórios necessários (borracha de vedação, esquadrias especiais, demais itens metálicos, ferragens e anteparos) e retirada da estrutura e vidros existentes.

5.3. A Película de Controle de Luminosidade a ser fornecida e instalada é a Modelo Fumê G5: Transmissão de Visibilidade 4%; Transmissão de Energia Solar 53%; Transmissão de UV < 5%; Transmissão de Fator U 0.96 ~ 1.09; Alta Redução de Luz; Grande Privacidade Durante o Dia.

5.4. A empresa deverá apresentar Proposta Orçamentária com prazo de garantia e valor do preço ofertado, onde deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, entre outros: administrações central e local (se houver), mão-de-obra, materiais, ferramentas e equipamentos de medição, transporte, estadia, seguros, materiais de consumo, obrigações legais e tributárias (encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas,

alvarás, aprovações e autorizações) junto aos poderes competentes – Municipal, Estadual e Federal, e de demais itens necessários à boa administração, a execução legal e a conclusão dos serviços.

5.5. Os bens devem, preferencialmente, ser acondicionados em embalagem adequada, como menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

## **6. GARANTIA DO OBJETO**

6.1. Garantia mínima a partir do recebimento definitivo:

6.1.1. Película protetora: 1 (um) ano.

6.1.2. Vidros com blindagem: 5 (cinco) anos contra laminações.

6.1.3. Esquadrias blindadas e demais itens metálicos: 2 (dois) anos.

6.2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA fica obrigada a reparar, no prazo de 20 (vinte) dias, qualquer defeito relacionado à qualidade do serviço ou materiais ofertados, à fabricação ou decorrentes de má execução na instalação, sempre que houver solicitação, sem ônus adicional para a JFMS. Caso necessário, deverá, ainda, no mesmo prazo, substituir peças em função de defeitos provenientes dos materiais empregados e da instalação executada.

## **7. VISTORIA**

7.1. A empresa licitante poderá efetuar vistoria no fórum da Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul -Subseção Judiciária de Corumbá, anteriormente ao Pregão.

7.2. A vistoria, caso a empresa opte por fazê-la, deverá ser agendada previamente, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 13h às 18h, nos endereços indicados no item 16.

7.3. Optando por não realizar a vistoria, o licitante vencedor não poderá se eximir de suas obrigações contratuais, sob a alegação de desconhecimento das características físicas e das condições estruturais do local onde será prestado o serviço.

7.4. A vistoria não é obrigatória.

## **8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

8.1. Menor preço

## **9. ADJUDICAÇÃO**

9.1. Global

## **10. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

Serão exigidos documentos juntamente à proposta?

( ) Não

( X ) Sim . relação de documentos a seguir, além de outros que constarão em Edital.

### **10.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.1. A comprovação da Capacidade Técnica da Pessoa Jurídica deverá ser através da apresentação de

**Atestado(s)**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado, que comprove(m) a execução de serviços técnicos de natureza e características semelhantes ao objeto licitado, quais sejam: **serviço de blindagem arquitetônica**. O(s) documento(s) deverá (ão) conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que a contratante possa valer-se para manter contato e a seu critério escutinar as informações prestadas.

Justificativa - Entendemos necessária a exigência de atestado a fim de que a Administração se certifique da experiência e aptidão para realização do serviço em tela, por ser de natureza específica .

10.2. Prova de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, do Responsável Técnico que se responsabilizará pelos trabalhos, pertencente ao quadro permanente da empresa.

10.2.1. A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente deverá ser feita através de Contrato Social, Livro/Ficha de Registro de Empregados ou outro documento que comprove o vínculo do profissional com o licitante.

10.2.1.1. A comprovação do vínculo do responsável técnico poderá ser substituída por declaração de contratação futura, acompanhada da anuência do profissional indicado.

10.3. Título de Registro (**TR**) da(s) empresa(s) que fabrica(m) os produtos utilizados na blindagem a ser executada, expedido pelo Exército Brasileiro, acompanhado da Apostila prevista no art. 10 da Portaria nº 56 - COLOG, de 5 de junho de 2017.

10.4. Relatório Técnico Experimental e Resultado de Avaliação Técnica (**RETEX/RAT**), do vidro e componentes de aço.

10.5. Certificado de Registro (**CR**) da empresa contratada, acompanhado da Apostila prevista no art. 10 da Portaria nº 56 - COLOG, de 5 de junho de 2017.

10.6. Todas as documentações deverão estar dentro do prazo de validade/habilitação.

## 11. INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.1. Termo de Contrato.

## 12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. Antes da execução do serviço, a CONTRATADA deverá realizar a **medição local** em data a ser agendada com a CONTRATANTE.

12.2. É de inteira responsabilidade da contratada, apurar todas as condições e tomar as medidas técnicas e administrativas necessárias para a execução e conclusão dos serviços contratados.

12.3. A contratada deverá atender a todas as ordens de procedimentos emitidos pela fiscalização quanto à segurança geral, bem como às instruções de coordenação, tanto administrativas como técnicas.

12.4. A contratada deverá manter a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência, dentro da maior racionalidade possível. Deverá solucionar todos os problemas que porventura surjam ou aqueles necessários à adaptação técnica previamente autorizada pelo Contratante, sem qualquer ônus adicional à JFMS.

12.5. A contratada deverá fornecer toda a mão-de-obra qualificada e especializada e todos os equipamentos, aparelhos e ferramentas necessárias e adequadas à execução e conclusão dos serviços.

12.6. A instalação deverá ser agendada com o servidor mencionado no item 16 deste Termo de Referência, sendo que o serviço deverá ser executado durante o horário de expediente ordinário que é de segunda a sexta-feira das 08h00 as 18h00.

**12.7.** Os serviços a serem executados, objetos da presente contratação, deverão obedecer rigorosamente às normas abaixo, entre outras a serem indicadas especificamente para cada serviço, a critério exclusivo do CONTRATANTE, quando for o caso:

- a) às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
- b) às normas da ABNT, especialmente à norma NBR 15000/2005;
- c) às prescrições e recomendações de fabricantes dos produtos (materiais e equipamentos).
- d) às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho - NR's – publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- e) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- f) a IN Nº 01, de 19 de Janeiro de 2010 do MPOG - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

### **13. ENCARGOS DAS PARTES E SUBCONTRATAÇÃO**

#### **13.1. Obrigações da contratante:**

- 13.1.1. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais.
- 13.1.2. Informar à contratada sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações.
- 13.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.
- 13.1.4. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.
- 13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### **13.2. Obrigações da contratada:**

- 13.2.1. Executar fielmente o objeto deste termo de referência, comunicando, imediatamente, ao representante legal da Contratante, a ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
- 13.2.2. Executar todo o serviço com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela Fiscalização, seja já realizado ou em execução, sem ônus para a Contratante.
- 13.2.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na contratação.
- 13.2.4. Utilizar, na execução dos serviços, somente profissionais qualificados, treinados e capacitados, observado as normas de segurança em instalações e serviços.
- 13.2.5. Indenizar todo e qualquer dano/prejuízo pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à Contratante ou a Terceiro.
- 13.2.6. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, inclusive frete, seguro, cargas, descargas, mão-de obra e materiais, desde a origem até sua entrega no local de destino.
- 13.2.7. Indicar, por escrito, antes do início da prestação do serviço, o preposto, com poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato. O preposto indicado pela Contratada deverá informar ao menos 01 (um) número de telefone celular, a fim de facilitar o contato.
- 13.2.8. Disponibilizar, antes do recebimento provisório, o Termo de Responsabilidade de Aplicação de

Blindagem Balística, conforme artigo 43 da Portaria nº 94-COLOG, de 16 de agosto de 2019.

13.3. Não será permitida a subcontratação do objeto.

## **14. SANÇÕES**

14.1. Conforme disposto no Edital e/ou Termo de Contrato.

## **15. PRAZOS**

15.1. Prazo para execução dos serviços (fornecimento e instalação): 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do termo de contrato.

15.1.1. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo acima estabelecido, deverá encaminhar ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto.

15.1.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo gestor, na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

15.1.3. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e não cumprimento do prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas.

15.2. Prazo de vigência do contrato: 150 dias, a contar da assinatura do termo de contrato, prorrogável, nos termos legais.

15.3. Prazo para recebimento do objeto, de acordo com item 17 deste TR:

15.3.1. Provisoriamente: 05 (cinco) dias após o término dos serviços.

15.3.1. Definitivamente: 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

15.4. Prazo para reparo, correção ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue com defeito ou fora das especificações: 20 (vinte) dias após a solicitação da contratante, a ser realizada por telefone, email ou outra forma de comunicação.

## **16. LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO DO OBJETO**

Prédio da Subseção Judiciária de Corumbá/MS, localizado na Rua Campo Grande, 703, Bairro Aeroporto, Corumbá – MS.

CEP 79.320-080

Contato: Tiago Santos Souza, Telefone: (67) 99877-1622, email: [tssouza@trf3.jus.br](mailto:tssouza@trf3.jus.br) .

## **17. RECEBIMENTO DO OBJETO**

17.1. O objeto será recebido:

17.1.1. Provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias após o término dos serviços, pelo fiscal técnico, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta.

17.1.2. Definitivamente, pelo gestor, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos constantes do Termo

de Referência e da proposta da CONTRATADA, observado o disposto no art. 69 da lei 8666/93.

## **18. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E DA ADEQUAÇÃO**

**Item 1:** Qualidade do material e instalação.

**Método de Avaliação:** Aferição a ser feita pelo fiscal, quando da entrega dos serviços.

## **19. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

19.1. O gerenciamento do Contrato será exercido pelo Diretor do Núcleo de Apoio Administrativo, sendo a fiscalização realizada pelo(s) servidor(es) ou seus substitutos especialmente designado(s) pela autoridade competente, mediante Portaria, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

19.2. A fiscalização será realizada por servidor ou seu substituto especialmente designados pela autoridade competente.

19.3 A CONTRATANTE fiscalizará o exato cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como a execução do Contrato.

19.4. Todas as notificações dos Fiscais, referentes às obrigações da CONTRATADA em sua Unidade, deverão ser formalizadas no expediente SEI Fiscalização e encaminhadas à empresa por meio do correio eletrônico informado.

19.5. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade por encargos e serviços que são de sua competência.

## **20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1. Fonte de Recursos

Fonte: Fonte 100 - TESOIRO NACIONAL

20.2. Estimativa de Impacto Econômico-financeiro

Exercício: 2020.

Percentual: 100% (cem por cento)

## **21. FORMA DE FATURAMENTO**

21.1 A emissão do documento de cobrança deverá ser realizada após o recebimento definitivo.

21.2. Demais cláusulas constam do Edital e/ou Termo de Contrato.

## **22. FORMA DE PAGAMENTO**

22.1. A forma de pagamento consta do Edital.

## **23. REAJUSTE DE PREÇOS**

23.1. Será permitido o reajuste de preços, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta comercial.

23.2. Para o reajuste será utilizada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses. O

IPCA será automaticamente alterado na hipótese de uma nova sistemática legal, sendo contudo obrigatória a apresentação por parte da CONTRATADA de toda a documentação que comprove a origem do reajuste praticado.

23.3. Demais cláusulas constam do Termo de Contrato.

## 24. ANEXOS

Imagens da guarita: 5716605, 5716607.

### ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

**01 – NOME DA EMPRESA:**

**02– NÚMERO DO CNPJ:**

**03 – ENDEREÇO:**

**04 – BAIRRO:**

**CIDADE/UF:**

**CEP:**

**05 – FONE: (    )**

**FAX: (    )**

**06 – NOME PARA CONTATO:**

**07 - E-MAIL PARA COMUNICAÇÕES RELATIVAS À CONTRATAÇÃO:**

NOTA: AS COMUNICAÇÕES FEITAS PELO CONTRATANTE EM DECORRÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO OU DE EVENTUAIS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS A ELA INERENTES, INCLUSIVE AS RELATIVAS AO INFORME DE RENDIMENTOS ANUAL (CONFORME PREVISÃO CONTIDA NO ARTIGO 37 DA INSRF Nº 1234/2012, EM SE TRATANDO DE PESSOA JURÍDICA, E NO § 3º, DO ARTIGO 3º DA INSRF Nº 1.215/2011, NO CASO DE PESSOA FÍSICA), SERÃO REALIZADAS, EM REGRA, POR VIA ELETRÔNICA, NO CORREIO ELETRÔNICO ACIMA INDICADO, DEVENDO O CONTRATADO MANTÊ-LO ATUALIZADO.

**08 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** conforme Edital

**09 – VALIDADE DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias

Mínima de 60 (sessenta) dias, a partir da apresentação.

**10 – PRAZO DE ENTREGA:** Conforme termo de referência

**11 – CONTA CORRENTE Nº**

**12 – NOME DO BANCO:**

**Nº DO BANCO:**

**13 – NOME DA AGÊNCIA:**

**Nº DA AGÊNCIA:**

**14 – DOCUMENTO DE COBRANÇA:** deverá constar obrigatoriamente no corpo do documento fiscal, o número da Nota de Empenho a que este se refere, bem como os dados bancários da empresa.

Declaramos, para fins do disposto no artigo 1º da Resolução nº 9, de 06 de dezembro de 2005, da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, que não empregamos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados à Contratante, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local,     /     /2020.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

CPF:

Cargo:

## **ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020**

### **MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (CONTINUAÇÃO)**

\*Conforme item 8.3. do Edital, os lances deverão ser ofertados sobre o **valor total do grupo (Total Global)**.

**GRUPO 1**



Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de Blindagem Arquitetônica <b>Nível III-A</b> , a ser instalada para formação de 02 (duas) vidraças (imagens anexas), sendo 01 (uma) de 101 cm de largura por 101 cm de altura e 01 (uma) de 106 cm de largura por 101 cm de altura, sendo enquadradas por esquadrias blindadas de metal ("caixilhos") de dimensões adequadas e resistência condizente com a proteção balística.	Serviço	1		
2	Fornecimento e instalação de Película de Controle de Luminosidade - insulfilm - Modelo Fumê G5, a ser instalada para formação de 02 (duas) vidraças (imagens anexas), sendo 01 (uma) de 101 cm de largura por 101 cm de altura e 01 (uma) de 106 cm de largura por 101 cm de altura.	m²	2,09		
<b>TOTAL GLOBAL</b>					

Local e data

Assinatura:\_\_\_\_\_

Nome:

RG:

CPF:

Cargo:

**ANEXO III – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020****RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO**

## **1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**1.1-** Prova de registro, na Junta Comercial ou repartição correspondente, em se tratando de EMPRESÁRIO.

**1.2-** CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO, EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO:

**1.2.1-** SOCIEDADES EMPRESARIAIS: Contrato Social Consolidado ou Contrato de Constituição e última alteração. Admitir-se-á Certidão Simplificada da Junta Comercial em substituição à última alteração;

**1.2.1.1-** Em se tratando de SOCIEDADE POR AÇÕES: Estatuto Social acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou da respectiva publicação.

**1.2.2-** SOCIEDADES COOPERATIVAS:

**1.2.2.1.** Estatuto devidamente registrado na Junta Comercial, bem como a Ata de Assembleia de eleição dos dirigentes, com poderes de administração, devidamente arquivada no órgão competente.

**1.2.2.2.** Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras da região a que estiver vinculada, conforme artigo 107 da Lei nº 5764/71.

Obs.: Serão consideradas cooperativas para os fins desta licitação, nos termos do art. 4º da Lei nº 5764/71, aquelas:

a) cujo exercício da atividade se dê pelos próprios cooperados e não por trabalhadores empregados;

b) cujo capital social seja variável, representado por quotas partes, intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade;

c) cujo voto dos cooperados na Assembleia Geral seja singular, exceto no caso do inc. V do art. 4º da Lei supra mencionada;

d) cujo quórum para instalação e deliberação da Assembleia Geral seja baseado no número de cooperados e não no capital;

e) cuja Assembleia Geral, nos termos do estatuto, detenha poderes deliberativos sobre todos os interesses da sociedade, bem como poderes de revisão sobre os atos da diretoria, devendo esta condição ser comprovada mediante a apresentação do estatuto em vigor e ata da última Assembleia Geral;

f) indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social.

**1.3 -** Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir..

## **2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**2.1 -** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

**2.2 -** Prova de regularidade para com as Fazendas:

**2.2.1 – FEDERAL -** CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITOS D ENEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO,

administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;

**2.2.2 - MUNICIPAL** - Certidão de Regularidade Quanto à Fazenda Municipal – Tributos mobiliários.

**2.3 - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove a regularidade no FGTS;

**2.4 - Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** (Lei nº 12.440/2011) relativa à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### 3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. A comprovação da Capacidade Técnica da Pessoa Jurídica deverá ser através da apresentação de **Atestado(s)**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado, que comprove(m) a execução de serviços técnicos de natureza e características semelhantes ao objeto licitado, quais sejam: **serviço de blindagem arquitetônica**. O(s) documento(s) deverá (ão) conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que a contratante possa valer-se para manter contato e a seu critério escrutinar as informações prestadas.

3.2. Prova de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, do Responsável Técnico que se responsabilizará pelos trabalhos, pertencente ao quadro permanente da empresa.

3.2.1. A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente deverá ser feita através de Contrato Social, Livro/Ficha de Registro de Empregados ou outro documento que comprove o vínculo do profissional com o licitante.

3.2.1.1. A comprovação do vínculo do responsável técnico poderá ser substituída por declaração de contratação futura, acompanhada da anuência do profissional indicado.

3.3. Título de Registro (**TR**) da(s) empresa(s) que fabrica(m) os produtos utilizados na blindagem a ser executada, expedido pelo Exército Brasileiro, acompanhado da Apostila prevista no art. 10 da Portaria nº 56 - COLOG, de 5 de junho de 2017.

3.4. Relatório Técnico Experimental e Resultado de Avaliação Técnica (**RETEX/RAT**), do vidro e componentes de aço.

3.5. Certificado de Registro (**CR**) da empresa contratada, acompanhado da Apostila prevista no art. 10 da Portaria nº 56 - COLOG, de 5 de junho de 2017.

3.6. Todas as documentações deverão estar dentro do prazo de validade/habilitação.

### 4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**4.1-** Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Certidão negativa expedida pelo distribuidor cível da sede da Cooperativa, no caso de SOCIEDADES COOPERATIVAS.

OBSERVAÇÕES:

- 1- Em se tratando de empresas que se encontrem em recuperação judicial ou extrajudicial, comprovação de que já teve seu plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente, na forma estatuída nos arts. 58 e 165 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.
- 2- Havendo na localização da sede do licitante mais de um distribuidor, deverá ser apresentada uma Certidão de cada distribuidor.
- 3- As Certidões que não trouxerem expresso o prazo de validade, considerar-se-á 06 (seis) meses da data da sua expedição.

## **ANEXO IV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020**

### **CONTRATO Nº XX/2020 - DFORMS/SADM-MS/NULF/CPGR-SUCT**

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO BALÍSTICA (BLINDAGEM) E PELÍCULA CONTROLADORA DE LUMINOSIDADE (INSULFILME) NAS VIDRAÇAS DO POSTO DE GUARITA EXISTENTE NA SEDE DA 4ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL (CORUMBÁ), QUE ENTRE SI FIRMAM A **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL** E A EMPRESA **xx**. (CNPJ: **xx**).

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, n.º 128, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.422.922/0001-00, adiante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Juiz Federal Diretor do Foro ou pelo Juiz Federal Vice Diretor do Foro, designados pelo Ato nº 3701, de 08/03/2018, da Presidência do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, e, de outro lado, a empresa **xx**, adiante denominada **CONTRATADA**, estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º **xx**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) **xx**, (cargo), portador(a) do CPF n.º **xx** e do RG n.º **xx**, têm entre si acertada a celebração do presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **xx/2020** (**xx**) e Processo Administrativo n.º 0001157-38.2020.4.03.8002, sujeitando-se, os contratantes, aos ditames da Lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/15, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, de 26 de maio de 2017 e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93, bem como mediante as Cláusulas e condições a seguir especificadas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato consiste na execução dos serviços de fornecimento e instalação de proteção balística (blindagem) e película controladora de luminosidade (insulfilme) nas vidraças do posto de guarita existente na Sede da 4ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul (Corumbá), compreendendo o fornecimento de todo o material e mão-de-obra necessários e adequados à perfeita execução dos serviços, conforme as especificações características, condições, obrigações e requisitos contidos no Termo de Referência anexo do edital, e na proposta comercial da **CONTRATADA** (**xx**).

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

1. A contratação dos serviços dar-se-á pelo regime de empreitada por preço global.
2. Não será permitida a subcontratação do objeto.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, DO INÍCIO E DO MODELO DA EXECUÇÃO

1. Prazo para execução dos serviços (fornecimento e instalação): 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do termo de contrato.
  - 1.1. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo acima estabelecido, deverá encaminhar ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto.
  - 1.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo gestor, na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à CONTRATADA da decisão proferida.
  - 1.3. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e não cumprimento do prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas.
2. Prazo para reparo, correção ou substituição do objeto, no todo ou em parte, entregue com defeito ou fora das especificações: 20 (vinte) dias após a solicitação da contratante, a ser realizada por telefone, email ou outra forma de comunicação.
3. Modelo de execução do objeto:
  - 3.1. Antes da execução do serviço, a CONTRATADA deverá realizar a **medição local** em data a ser agendada com a CONTRATANTE.
  - 3.2. É de inteira responsabilidade da contratada, apurar todas as condições e tomar as medidas técnicas e administrativas necessárias para a execução e conclusão dos serviços contratados.
  - 3.3. A contratada deverá atender a todas as ordens de procedimentos emitidos pela fiscalização quanto à segurança geral, bem como às instruções de coordenação, tanto administrativas como técnicas.
  - 3.4. A contratada deverá manter a execução dos serviços previstos no Termo de Referência, dentro da maior racionalidade possível. Deverá solucionar todos os problemas que porventura surjam ou aqueles necessários à adaptação técnica previamente autorizada pelo Contratante, sem qualquer ônus adicional à JFMS.
  - 3.5. A contratada deverá fornecer toda a mão-de-obra qualificada e especializada e todos os equipamentos, aparelhos e ferramentas necessárias e adequadas à execução e conclusão dos serviços.
  - 3.6. A instalação deverá ser agendada com o servidor mencionado na Cláusula quarta, sendo que o serviço deverá ser executado durante o horário de expediente ordinário que é de segunda a sexta-feira das 08h00 as 18h00.
  - 3.7. Os serviços a serem executados, objetos da presente contratação, deverão obedecer rigorosamente às normas abaixo, entre outras a serem indicadas especificamente para cada serviço, a critério exclusivo do CONTRATANTE, quando for o caso:
    - a) às normas e especificações constantes no Termo de Referência;
    - b) às normas da ABNT, especialmente à norma NBR 15000/2005;

- c) às prescrições e recomendações de fabricantes dos produtos (materiais e equipamentos).
- d) às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho - NR's – publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- e) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- f) a IN Nº 01, de 19 de Janeiro de 2010 do MPOG - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. Prédio da Subseção Judiciária de Corumbá/MS, localizado na Rua Campo Grande, 703, Bairro Aeroporto, Corumbá – MS. CEP 79.320-080.
- 1.1. Servidor responsável para contato: Tiago Santos Souza, Supervisor da Seção de Apoio Judiciário, Telefones: (67) 3233-8228 e (67) 99877-1622, e-mail: tssouza@trf3.jus.br.

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS**

1. Pelo cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de R\$ xx, conforme Proposta Comercial da CONTRATADA.
2. Os preços estabelecidos nesta Cláusula abrangem todas as despesas e custos (tais como remuneração, encargos sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, insumos, tributos incidentes conforme legislação vigente, bem como taxa de administração, lucro, laudos, transportes etc.), necessários ao cumprimento integral do objeto da presente contratação, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer ônus adicionais.
3. Será permitido o reajuste de preços, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta comercial.
- 3.1. Para o reajuste será utilizada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses. O IPCA será automaticamente alterado na hipótese de uma nova sistemática legal, sendo contudo obrigatória a apresentação por parte da CONTRATADA de toda a documentação que comprove a origem do reajuste praticado.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO**

1. O Contratado somente deverá emitir Nota Fiscal/Fatura referente aos serviços objeto deste Contrato, após o recebimento definitivo pela CONTRATANTE.
2. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado à JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL, situada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, n.º 128, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79.037-102 - CNPJ 05.422.922/0001-00, que o protocolará.
- 2.1. Na entrega do documento de cobrança será confirmada a Regularidade perante a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF - Certificado de Regularidade do FGTS - Lei nº 8.036/90) e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Certidão Negativa de Débito - CND - Lei nº 8.212/91) e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – Lei nº 12.440/11). Será confirmada, também, a regularidade fiscal, podendo ser mediante consulta "on-line" ao

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29, da Lei 8.666/93. Portanto, a CONTRATADA deverá manter os mesmos atualizados.

3. O documento de cobrança será emitido em nome da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da Nota de Empenho e contendo todos os dados da mesma e outros, conforme abaixo especificado:

a) O documento de cobrança deverá ser emitido com o mesmo número de CNPJ constante da documentação apresentada para a habilitação e da Proposta Comercial, o qual serviu de base para a emissão da Nota de Empenho;

b) Na hipótese de divergência entre o CNPJ do documento de cobrança e o constante na Nota de Empenho, decorrente da necessidade de alteração do estabelecimento comercial emitente do documento de cobrança durante a execução do Contrato, a matriz ou filial, conforme o caso, deverá apresentar, previamente à emissão do documento de cobrança, declaração justificando este procedimento e, ao mesmo tempo, apresentando os comprovantes de regularidade previstos no inciso III do art. 29, da Lei nº 8.666/93, relativos ao estabelecimento comercial emitente do documento de cobrança;

c) A justificativa, prevista no subitem anterior, para a alteração do estabelecimento comercial emitente do documento de cobrança, se aceita pela CONTRATANTE, após a análise jurídica, implicará em adequação do Contrato, através de Termo Aditivo, para inclusão do estabelecimento em questão e de seu respectivo CNPJ, bem como para modificação do favorecido dos recursos orçamentários correspondentes;

d) No caso de alteração, nos termos do subitem anterior, a CONTRATADA deverá apresentar os dados bancários relativos ao CNPJ do estabelecimento responsável pela emissão do documento de cobrança, para que o pagamento possa ser efetuado por meio de ordem bancária;

e) Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente àquela pertinente aos órgãos públicos federais;

f) No documento de cobrança deverão constar os nomes e os números do banco e da agência, bem como o número da conta corrente à qual se dará o depósito bancário para pagamento, repetindo-se os dados informados na Proposta Comercial;

g) Qualquer alteração de dados bancários só será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal e encaminhada à Seção Financeira da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, antes do processamento do respectivo pagamento;

h) No documento de cobrança não deverá constar material ou serviço de outra Nota de Empenho;

i) Se o Contratado sofrer qualquer uma das retenções dos tributos a seguir elencados: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/PASEP (IN RFB nº 1.234, de 11/01/2012) e Contribuição à Previdência Social (artigo 126, da IN RFB nº 971/2009), deverá efetuar o destaque, no respectivo documento de cobrança, do valor do imposto de renda e das contribuições a serem retidos na operação, e, se a legislação municipal assim o exigir, o destaque do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

1. Na ocasião do pagamento, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei 9.430/1996, Lei 8.212/1991 e regulamentações; e Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a correspondente Lei Municipal do local da prestação dos serviços, em cotejo com a Lei Municipal do estabelecimento sede da empresa.

2. Se a CONTRATADA gozar de tratamento diferenciado em virtude de Lei, seja na forma e benefícios ou isenções, deverá, obrigatoriamente, apresentar a comprovação definida no dispositivo legal ou regulamentar que lhe garantiu o direito, sob pena de retenção de tributos na fonte.

2.1. A CONTRATADA optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá apresentar juntamente com a fatura, Declaração na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/1/2012.

3. A CONTRATADA que prestar serviços no município de Campo Grande cuja sede estiver localizada em outro município deverá providenciar inscrição no cadastro da Secretaria de Finanças do Município de Campo Grande, nos termos do art. 123 da Lei Complementar nº 59, de 02/10/2003 e alterações posteriores. Caso contrário, estará sujeito à retenção de ISSQN sobre o valor da nota fiscal, para o Município de Campo Grande, conforme a legislação mencionada.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante ordem bancária, nos prazos a seguir indicados, contados da apresentação do documento de cobrança, no local e forma indicado na Cláusula Sexta, das condições de faturamento:

a. em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento do contrato, ou de cada parcela;

b. em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação do documento de cobrança, quando decorrer de despesa cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido no art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

1.2. Os prazos estabelecidos nesta cláusula serão interrompidos, mediante notificação para o endereço eletrônico (e-mail) indicado pelo fornecedor/contratado, no caso de qualquer incorreção no documento de cobrança.

1.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

**Onde:**

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \implies I = \frac{(6/100)}{365} \implies I = 0,00016438 \text{ ao dia}$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

2. O pagamento dos encargos moratórios, deverão ser objeto de solicitação da CONTRATADA, não cabendo à Administração fazê-lo de ofício.

## CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos Programas de Trabalho nº xx,



Elemento de Despesa xx, e Fonte de Recursos xx, conforme Nota de Empenho nº. xx, emitida em xx, no valor de R\$ xx.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto será recebido:

1. Provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias após o término dos serviços, pelo fiscal técnico, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta.
2. Definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório pelo gestor, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos constantes no Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA, observado o disposto no art. 69 da lei 8666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DO OBJETO**

1. Garantia mínima a partir do recebimento definitivo:

- 1.1. Película protetora: 1 (um) ano.
- 1.2. Vidros com blindagem: 5 (cinco) anos contra laminações.
- 1.3. Esquadrias blindadas e demais itens metálicos: 2 (dois) anos.

2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA fica obrigada a reparar, no prazo de 20 (vinte) dias, qualquer defeito relacionado à qualidade do serviço ou materiais ofertados, à fabricação ou decorrentes de má execução na instalação, sempre que houver solicitação, sem ônus adicional para a CONTRATANTE. Caso necessário, deverá, ainda, no mesmo prazo, substituir peças em função de defeitos provenientes dos materiais empregados e da instalação executada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO**

O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo período de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, podendo ser prorrogado a critério da Administração, mediante Termo Aditivo, nos casos do artigo 57, § 1º, Lei nº 8.666/93 e alterações, estando sua eficácia condicionada à publicação de extrato no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico do TRF 3ª Região, em cumprimento ao que dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA**

A CONTRATADA deverá, além das obrigações previstas no Termo de Referência:

1. Executar fielmente o objeto deste Contrato, comunicando, imediatamente, ao representante legal da CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na contratação.

3. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

3.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 71, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE cumprirá o disposto na Cláusula oitava (das condições de pagamento), oferecendo as condições ideais para que a CONTRATADA execute fielmente o objeto deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATANTE**

1. O gerenciamento do Contrato será exercido pelo Diretor do Núcleo de Apoio Administrativo, sendo a fiscalização realizada pelo(s) servidor(es) ou seus substitutos especialmente designado(s) pela autoridade competente, mediante Portaria, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

2. A fiscalização será realizada por servidor ou seu substituto especialmente designados pela autoridade competente.

3. A CONTRATANTE fiscalizará o exato cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como a execução do Contrato.

4. Todas as notificações dos Fiscais, referentes às obrigações da CONTRATADA em sua Unidade, deverão ser formalizadas no expediente SEI Fiscalização e encaminhadas à empresa por meio do correio eletrônico informado.

5. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade por encargos e serviços que são de sua competência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Na inexecução parcial ou total do contrato, sempre por circunstância que lhe seja imputável, a CONTRATADA estará sujeita a aplicação das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, em conformidade com os artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e alterações:

a) advertência;

b) multa moratória de:

I- 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, limitada a 3% (três por cento), sobre o valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida, na demora injustificada para o cumprimento da obrigação ou para a prestação do serviço e na demora para a correção da entrega de produto, após ser devolvido ou recusado por não atender às especificações do Edital e seus Anexos, pelo prazo de até , 15 (quinze) dias;

II- 0,3% (três décimos por cento) ao dia, nos atrasos superiores a 15 (quinze) dias, limitada a 7,5% (sete e meio por cento), sobre o valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida, na demora injustificada para o cumprimento da obrigação ou para prestação do serviço e na demora para a correção da entrega de produto, após ser devolvido ou recusado por não atender às especificações do Edital e seus Anexos, pelo prazo de até 25 (vinte e cinco) dias.

c) multa compensatória de 9,5% (nove e meio por cento) sobre o valor atualizado do contrato ou da parcela

inadimplida na hipótese de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, hipótese em que a Administração poderá aceitar ou rejeitar o produto ou serviço e formalizar a rescisão unilateral do contrato;

d) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida, em caso de descumprimento total da obrigação assumida;

e) multa compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida, por ocorrência não prevista na presente cláusula e que descumpra quaisquer dos itens do Edital e seus anexos;

f) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul, pelo prazo que a mesma fixar e que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitado o limite de 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das multas;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

h) impedimento de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

2. Em caso de apuração de falta contratual, o valor da multa aplicada será:

a) retido dos pagamentos devidos pela Administração, após regular procedimento de apuração de falta contratual;

b) pago por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;

c) descontado do valor da garantia prestada, quando houver; ou

d) cobrado judicialmente.

2.1. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da Contratada durante a vigência desta contratação, devendo o descumprimento se referir a uma mesma obrigação contratual.

2.2. No caso de não recolhimento do valor da multa por GRU, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação, a importância será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente, consoante o §3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

2.3. As penalidades previstas no Contrato não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

2.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 9.784/99.

2.5. As penalidades aplicadas à Contratada, após regular procedimento de apuração de falta, serão registradas no SICAF e no CEIS.

3. Caracterizada a reincidência, o valor da multa será majorado em até 1/3, levando-se em consideração o número de reiterações e sua gravidade.

4. As multas não têm caráter indenizatório. No caso de a infração causar prejuízo a esta Administração, e este prejuízo exceder o valor da multa compensatória, a Administração poderá exigir indenização suplementar judicialmente. Nessa situação a sanção de multa valerá como princípio de pagamento, competindo a Administração provar o prejuízo.

5. As multas (moratória e compensatória) serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas. Todavia a somatória das multas por descumprimento não poderá ultrapassar o montante de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do contrato.

6. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

7. Se o descumprimento consistir na perda das condições de habilitação, a Administração concederá o prazo de 30 (trinta) dias para a empresa regularizar a sua situação, não o fazendo poderá ser aplicada penalidade de multa à empresa descumpridora de seus deveres no importe de 1% (um por cento), ao dia, sobre o valor atualizado do contrato ou da parcela entregue e pendente de regularização das condições de habilitação, e limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato e, a critério da Administração, poderá ser rescindido o Contrato.

8. A atualização dos valores para efeito de aplicação das multas será efetivada com base na variação do IGP-DI/FGV, apurada a partir do mês correspondente à data limite para a apresentação da Proposta Comercial até o mês imediatamente anterior à ocorrência do fato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

1. Este contrato poderá ser rescindido de pleno direito pela CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

2. Constitui motivo de rescisão contratual a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados à CONTRATANTE, conforme art. 3º, da Resolução n.º 007/05, do Conselho Nacional de Justiça.

3. Ficam reconhecidos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS**

O presente Contrato vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº xx (xx);
- b) Proposta Comercial da CONTRATADA (xx), de xx/xx/2020; e
- c) Processo Administrativo nº 0001157-38.2020.4.03.8002.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS COMUNICAÇÕES**

1. As comunicações feitas pela CONTRATANTE em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes serão realizadas, em regra, por via eletrônica.

1.1. A confirmação do recebimento da correspondência eletrônica dar-se-á no prazo de 1 (um) dia útil, findo o qual, sem manifestação da CONTRATADA, considerar-se-á como realizada e recebida a comunicação, contando-se a partir deste dia o prazo processual administrativo.

1.2. Quando estritamente necessário, as comunicações e/ou intimações serão enviadas por via postal, ao endereço informado na Proposta Comercial.

1.3. No caso de intimação para defesa e/ou recurso enviada por via postal e tratando-se de endereço localizado em edifício comercial, à CONTRATADA está ciente que a intimação será entregue na portaria e que o prazo para resposta será contado a partir do recebimento por funcionário próprio ou terceirizado atuante na referida portaria;

1.4. A defesa e o recurso deverão ser encaminhados, preferencialmente, por meio eletrônico, para o endereço: [diretorforo\\_ms@trf3.jus.br](mailto:diretorforo_ms@trf3.jus.br), observando-se que o tamanho máximo, por documento, é de até

10MB.

2. Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número do contrato e o assunto específico da correspondência.

2.1. As comunicações feitas à CONTRATANTE deverão ser endereçadas ao Núcleo de Apoio Administrativo, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, nº 128, parque dos Poderes, Campo Grande, MS, CEP 79037-102, telefone (67) 3320-1272 e e-mail [admms-nuad@trf3.jus.br](mailto:admms-nuad@trf3.jus.br),

2.2. As comunicações feitas à CONTRATADA deverão ser endereçadas à (endereço completo), telefone xx, e-mail xx.

3. Eventuais mudanças de endereços deverão ser comunicadas por escrito.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

As dúvidas e questões oriundas da execução do presente Instrumento serão dirimidas no Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul - 1ª Subseção Judiciária.

Assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Instrumento em meio eletrônico, constante do Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações da CONTRATANTE.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Cezar da Cunha Teixeira, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, em exercício**, em 29/09/2020, às 19:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **5920097** e o código CRC **F0FBA2E4**.